

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2026
DISPENSA POR LIMITE Nº 70/2026**

1) CONTRATANTE

- I - Município de Águas Frias
II - CNPJ: 95.990.180/0001-02

2) BASE LEGAL PARA O AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- I - [Lei nº 14.133/2021, art. 75, § 3º](#)
II - Decreto Municipal nº 263/2022, art. 4º

3) BASE LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

- I - [Lei nº 14.133/2021, art. 75, II](#)
II - Decreto Municipal nº 263/2022, art. 4º

4) ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

- I - **Prazo: 28/10/2026 a 30/10/2026 em dia e horário de expediente**
a) **Expediente: de segunda-feira à sexta-feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.**
II - **Local de envio:** Rua Sete de Setembro nº512, centro, Águas Frias –SC no setor de Licitações ou e-mail administracao@aguasfrias.sc.gov.br

5) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço – Item

6) OBJETO COM ESPECIFICAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total
01	Assinatura CLAUDE PRO ANUAL	UND	3	XXXX	XXXX
02	Assinatura CLAUDE MAX 5X ANUAL	UND	1	XXXX	XXXX

7) REGIME DE EXECUÇÃO

I – Regime de execução será realizado sob a Forma/Regime Execução: Indireta

8) EXECUÇÃO DO OBJETO

I - A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização de acesso à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, por intermédio da empresa contratada, conforme o plano e as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

II - Após a formalização da contratação e o recebimento da respectiva ordem de fornecimento ou documento equivalente, a CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização e a ativação dos acessos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

III - A CONTRATADA deverá fornecer as informações necessárias à utilização da ferramenta, incluindo os dados de acesso, as instruções de ativação e os documentos que comprovem a contratação do plano correspondente.

IV - O acesso deverá permanecer disponível durante todo o período contratado, observadas as condições, os limites de utilização e as funcionalidades do plano adquirido.

V - Por se tratar de solução digital, não haverá entrega física de materiais ou equipamentos. A execução será considerada contínua durante a vigência contratual, mediante a manutenção da disponibilização dos acessos contratados.

VI - Eventuais alterações no prazo de disponibilização deverão ser justificadas pela CONTRATADA e submetidas à apreciação da Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

9) PRAZO E LOCAL DO OBJETO

I - O acesso deverá ser disponibilizado em até 5 dias após a emissão da ordem de fornecimento.

II - O acesso deverá ser disponibilizado via rede mundial de computadores.

10) APLICAÇÃO DOS [ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006](#)

I - Para obtenção dos benefícios, conforme [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), o fornecedor deverá apresentar declaração (**ANEXO II**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ([Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II](#)).

11) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO – [ART. 15 DA LEI Nº 14.133/2021](#)

I - É possível a participação de consórcio.

II - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021](#)).

III - A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato ([art. 15, V da Lei nº 14.133/2021](#)).

IV - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-

financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio ([art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12) PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA – [ART. 16 DA LEI Nº 14.133/2021](#)

- I -** É possível a participação de sociedade cooperativa.
- II -** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#);
- III -** Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei nº 11.488/2007](#).

13) REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- I -** O fornecedor concorda com todos os termos deste aviso de contratação direta;
- II -** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de qualquer ato;
- III -** O fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, com a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste aviso;
- IV -** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam o fornecedor;
- V -** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- VI -** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- VII -** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- VIII -** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente;
- IX -** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- X -** O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

14) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

I - Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

II - A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

III - A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

IV - A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

15) JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

I - A proposta de preços deverá conter declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação ([art. 63, § 1º](#)); (ANEXO III)

II - Sendo apresentada proposta igual à outra, prevalece a que for apresentada primeiro;

III - Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

IV - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

V - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários;

VI - Além da documentação supracitada, o fornecedor deverá encaminhar a proposta em conformidade com o ANEXO V.

VII - Será desclassificada a proposta vencedora que ([Lei nº 14.133/2021, art. 59](#)):

a) Contiver vícios insanáveis;

b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- f) O julgamento será realizado pelo Item

VIII - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor desde que a substância das propostas não seja alterada;

IX - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.

X - Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

XI - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

16) HABILITAÇÃO

I - Os documentos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado, nos termos do **Anexo IV**, **que terá o prazo de até 02(dois) dias úteis a contar da solicitação da Administração** para apresentar conforme definido no Decreto Municipal nº263/2022 artigo 4º§4º II.

- a) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- b) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

II - O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

III - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso;

IV - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Município examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

V - Constatado o atendimento às exigências de habilitação (**Anexo IV**), o fornecedor será habilitado.

17) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

I - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade superior para aplicação do [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#).

18) CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

I - Ocorrendo a adjudicação do objeto e homologado o processo de contratação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente, nos termos do [art. 95 da Lei nº 14.133/2021](#).

II - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

a) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo Município;

b) O aceite de instrumento equivalente ao Contrato Administrativo implica o reconhecimento de que:

i) Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133/2021](#);

ii) O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

iii) O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da mesma Lei](#).

III - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

IV - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

19) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a)** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances, quando esta existir.
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas Frias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII

	Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

3) Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4) Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a)** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II -** Incisos III e IV do item 1:
 - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b)** O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
 - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7) Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções

por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

10) A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto Decreto Municipal nº124/2023 ([art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

11) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

12) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas Frias, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II -** Pagamento da multa;
- III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V -** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

20.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Contratante ou dos clientes deste para a Contratada.

20.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

20.1.4. A Contratante não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

20.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Contratante, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

20.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

20.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

20.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Contratante; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Contratante e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

20.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

20.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

20.1.11. A Contratada deverá notificar a Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

20.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Contratante, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

20.1.13. A Contratada deverá notificar a Contratante, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) Data e hora provável do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela contratada;
- c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) Os riscos relacionados ao incidente;

g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;

h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

20.1.14. A Contratante terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

20.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Contratante por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

20.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Contratante para execução dos serviços:

a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Contratante para execução do objeto do Contrato;

b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;

c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;

d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem; e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Contratante por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

21) DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Em conformidade com o Artigo 4º Decreto Municipal nº163/2022 no caso de o procedimento restar fracassado, poderá:

a) Republicar o procedimento, ou;

b) Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

c) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

V - Os dispostos nas alíneas “a” e “c” do inciso anterior poderão ser utilizados nas hipóteses de o procedimento restar deserto

II - Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por *e-mail* (administracao@aguasfrias.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3332 0019.

III - Casos omissos serão dirimidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento municipal Águas Frias, sempre com apoio da assessoria jurídica e do controle interno;

IV - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) Anexo I – Termo de Referência

- b) Anexo II - Aplicação dos arts. 42 ao 49 da LC 123/2006;
- c) Anexo III – Declaração que a proposta compreende a integralidade dos custos
- d) Anexo IV – Documentos para Habilitação;
- e) Anexo V – Proposta;
- f) Anexo VI – Minuta de contrato.

Município de Águas Frias, 23 de outubro de 2026

WESLEY

TERRIBILE:10338

619950

WESLEY TERRIBILE

Prefeito Municipal de Águas Frias

Assinado de forma digital
por WESLEY
TERRIBILE:10338619950
Dados: 2026.10.23 14:16:33
-03'00'



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS FRIAS
Rua Sete de Setembro, nº 512, Centro – Águas Frias/SC – CEP 89843-000
CNPJ: **95.990.180/0001-02**
Telefone: **(49) 3332-0019**
Site: **www.aguasfrias.atende.net**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 190/2026

01	IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO E DO OBJETO															
	ÓRGÃO REQUISITANTE Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Município de Águas Frias/SC															
	DESCRIÇÃO DO OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA															
	DESCRIÇÃO DOS ITENS E CUSTOS <table><tr><th>Item</th><th>Descrição</th><th>Unidade</th><th>Quant.</th><th>V. Unitário</th><th>V. Total</th></tr><tr><td>01</td><td>Assinatura CLAUDE PRO ANUAL</td><td>UND</td><td>3</td><td>XXXX</td><td>XXXX</td></tr></table>					Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total	01	Assinatura CLAUDE PRO ANUAL	UND	3	XXXX
Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total											
01	Assinatura CLAUDE PRO ANUAL	UND	3	XXXX	XXXX											

	02	Assinatura CLAUDE MAX 5X ANUAL	UND	1	XXXX	XXXX
	TOTAL					XXXX
02	JUSTIFICATIVA					
	A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar aos servidores do Município uma ferramenta de inteligência artificial capaz de auxiliar na execução das atividades administrativas, técnicas e operacionais, contribuindo para o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos documentos elaborados e a otimização dos fluxos de trabalho da Administração Municipal.					
	A utilização da ferramenta Claude permitirá apoiar a elaboração, revisão e análise de documentos, incluindo Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termos de Referência (TR), Documentos de Formalização de Demanda (DFD), editais, contratos, ofícios, relatórios, pareceres de natureza administrativa, justificativas e demais documentos relacionados às atividades municipais. A solução também poderá auxiliar na interpretação e organização de informações, na estruturação de textos técnicos, na identificação de inconsistências e no desenvolvimento de atividades que demandam análise de documentos extensos e tratamento de informações.					
	A contratação busca, ainda, reduzir o tempo despendido em tarefas repetitivas, minimizar retrabalhos e permitir que os servidores direcionem maior atenção às atividades que exigem análise crítica, conhecimento técnico, planejamento e tomada de decisões. Dessa forma, pretende-se promover o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e contribuir para a eficiência dos serviços administrativos, sem a necessidade de ampliação imediata do quadro de pessoal para atender às demandas que possam ser otimizadas com o apoio da tecnologia.					
	A escolha da solução considera a necessidade de disponibilizar aos servidores recursos avançados de inteligência artificial para utilização em diferentes áreas da Administração, com possibilidade de adaptação a diversas demandas e atividades. A ferramenta deverá ser utilizada como instrumento					

	complementar ao trabalho dos agentes públicos, permanecendo sob responsabilidade dos servidores a conferência das informações, a validação dos conteúdos produzidos e a adoção das decisões administrativas pertinentes. A contratação também se justifica pela possibilidade de aprimorar a padronização e a qualidade dos documentos administrativos, favorecer a organização das informações e conferir maior agilidade à preparação dos processos internos. Os benefícios esperados deverão ser avaliados durante a utilização da solução, considerando aspectos como produtividade, qualidade dos resultados, redução de retrabalho e adequação dos recursos disponibilizados às necessidades efetivas do Município. Diante do exposto, a contratação mostra-se pertinente ao interesse público, por buscar incorporar recursos tecnológicos às rotinas administrativas municipais, com vistas à modernização dos processos de trabalho, à melhoria da eficiência operacional e ao uso racional dos recursos públicos, observadas a disponibilidade orçamentária, a compatibilidade do preço com o mercado, a proteção de dados e as demais exigências legais aplicáveis.	
03	ESTIMATIVA DO VALOR E PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
	VALOR TOTAL ESTIMADO: XXXXXXXXXXXX	
	DOTAÇÃO ORÇAMETARIA:	
	Ação	Vinculo Elemento

	2003	1500.7000	3.3.90.40.06 – LOCAÇÃO DE SOFTWARE
04	MODALIDADE, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REQUISITOS DA PROPOSTA,		
	MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Contratação dos serviços dar-se-á pela modalidade licitatória denominada Dispensa por Limite em conformidade com a Lei 14.133/2021 artigo 75 inciso II.		
	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO: A solução consiste na contratação de assinaturas de ferramenta de inteligência artificial generativa, com acesso aos recursos disponibilizados nos planos selecionados, visando apoiar e otimizar a execução das atividades administrativas desenvolvidas pelos servidores do Município de Águas Frias/SC. A ferramenta deverá possibilitar a interação por meio de linguagem natural, auxiliando na pesquisa, organização, análise e síntese de informações, bem como na elaboração, revisão e adequação de documentos administrativos, tais como Documentos de Formalização de Demanda (DFD), Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termos de Referência (TR), ofícios, relatórios, justificativas e demais documentos relacionados às rotinas da Administração Pública Municipal. A solução deverá contemplar recursos que permitam trabalhar com arquivos digitais e apoiar a produção e a revisão de documentos, facilitando a análise de conteúdos, a extração de informações relevantes e a organização de dados necessários à instrução dos processos administrativos. Também se pretende utilizar os recursos de interação com o navegador de internet, quando disponíveis no plano contratado, para auxiliar na navegação por páginas eletrônicas, consulta de informações, preenchimento de campos e formulários e execução de tarefas repetitivas em sistemas e plataformas		

utilizados pela Administração Municipal, inclusive aqueles relacionados a convênios, transferências e procedimentos administrativos. Essas funcionalidades deverão respeitar as permissões de acesso, as regras de utilização dos sistemas e os mecanismos de segurança aplicáveis.

A contratação deverá considerar as modalidades de assinatura adequadas aos diferentes perfis de utilização, com quantitativos e especificações definidos por item, conforme a necessidade identificada pela Administração. Caso seja confirmada a previsão de três assinaturas do plano Pro e uma assinatura do plano Max 5x, a distribuição deverá ser justificada pela demanda estimada e pela necessidade de capacidade de utilização diferenciada, evitando a contratação de recursos superiores aos efetivamente necessários.

A implantação da solução ocorrerá por meio da disponibilização das assinaturas e da habilitação dos acessos aos usuários indicados pelo Município, observadas as condições comerciais e técnicas do fornecedor. Não se prevê, salvo se expressamente incluído na contratação, o desenvolvimento de software personalizado, a integração sob medida com os sistemas municipais ou a substituição dos sistemas oficiais já utilizados pela Administração.

A utilização da ferramenta terá caráter de apoio às atividades dos servidores, permanecendo sob responsabilidade dos agentes públicos a conferência das informações produzidas, a validação dos dados extraídos, a revisão dos documentos e a prática dos atos administrativos. A ferramenta não deverá ser utilizada como substituta da análise técnica, jurídica ou administrativa exigida em cada procedimento, nem deverá receber informações pessoais, sigilosas ou protegidas sem que haja autorização e condições adequadas de segurança e tratamento de dados.

A solução deverá observar os requisitos de segurança da informação, privacidade, proteção de dados pessoais e confidencialidade aplicáveis, considerando as políticas e condições do serviço contratado, inclusive quanto ao tratamento dos dados inseridos e à eventual utilização desses dados para treinamento dos modelos de inteligência artificial.

Dessa forma, pretende-se disponibilizar aos servidores municipais uma ferramenta tecnológica de apoio à execução das atividades administrativas, buscando reduzir o tempo dedicado a tarefas repetitivas, melhorar a organização das informações, auxiliar na produção documental e ampliar a eficiência operacional, sem afastar a responsabilidade dos servidores pela correção, legalidade e adequação dos atos praticados.

	PROPOSTA: A proposta que descumprir com o estabelecido neste termo de referência, como valores acima do preço máximo estipulado, e/ou itens que não atendem as características exigidas, serão desclassificadas.
	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
05	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS
	CONFORME DECRETO Nº 156/2025 - REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE PEQUENO VALOR DE ENTREGA IMEDIATA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS.
	APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS: Não será necessário apresentação de amostras.
06	FORNECEDOR CONTRATADO E JUSTIFICATIVAS
	FORNECEDOR CONTRATADO

Nome:	XXXXXXX
CNPJ:	XXXXXXX
Endereço	XXXXXXX

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação será realizada por intermédio de empresa revendedora da ferramenta de inteligência artificial Claude, considerando que o Município não dispõe de cartão de crédito internacional ou de outro meio de pagamento institucional adequado para efetuar diretamente a assinatura junto ao fornecedor estrangeiro, nas condições comerciais disponibilizadas.

Dessa forma, a contratação por meio de revendedor que viabilize a disponibilização da ferramenta e o respectivo pagamento em condições compatíveis com os procedimentos administrativos e financeiros do Município apresenta-se como alternativa para atender à necessidade identificada, observadas as exigências legais aplicáveis.

A escolha do fornecedor deverá observar o procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, com a devida divulgação do aviso de contratação no meio oficial adotado pelo Município, a fim de possibilitar o recebimento de novas propostas de eventuais interessados e ampliar a competitividade do procedimento.

Ao final do prazo estabelecido para apresentação das propostas, será considerada a proposta de menor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos, as condições de fornecimento e os demais critérios definidos no procedimento, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com o mercado e a habilitação do fornecedor, conforme exigido pela legislação aplicável.

Assim, a contratação por intermédio de revendedor busca viabilizar o acesso à solução tecnológica pretendida, respeitando as condições operacionais de pagamento do Município e os princípios da isonomia, da transparência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

JUSTIFICATIVA DO PREÇOS

A justificativa do preço será fundamentada na pesquisa de preços realizada para a contratação da ferramenta de inteligência artificial Claude, considerando as condições comerciais dos fornecedores capazes de disponibilizar a solução, o plano pretendido, o período de utilização e os custos envolvidos no fornecimento.

Considerando que o Município não dispõe de cartão de crédito internacional ou de meio de pagamento institucional adequado para realizar diretamente a assinatura junto ao fornecedor estrangeiro, a pesquisa de preços contemplará empresas revendedoras que possibilitem a contratação e o pagamento em condições compatíveis com os procedimentos administrativos e financeiros municipais.

O procedimento de dispensa de licitação será divulgado mediante aviso de contratação, com a finalidade de permitir que outros fornecedores interessados apresentem propostas dentro do prazo estabelecido. Essa medida possibilitará ampliar a concorrência e verificar a existência de condições comerciais mais vantajosas para a Administração.

Encerrado o prazo para recebimento das propostas, será selecionada a proposta de menor preço entre aquelas que atenderem integralmente aos requisitos estabelecidos, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado e que estejam demonstradas a adequação da solução e a viabilidade do fornecimento.

Dessa forma, a adoção do procedimento busca assegurar a economicidade e a transparência da contratação, permitindo a comparação efetiva das propostas e a seleção da alternativa de menor custo que atenda às necessidades do Município, em conformidade com os princípios aplicáveis às contratações públicas e com a legislação vigente.

07

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

	PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência até 12 meses após a assinatura do contrato.	
	POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO: Admitida a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de vantagem econômica para a Administração e anuência do fornecedor.	
08	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
	GESTOR DO CONTRATO:	
	Nome:	Cargo:
	Dionei da Rosa	Técnico de Contratos e Convênios
	FISCAL DO CONTRATO:	
	Nome:	Cargo:

	Wanderlei Cardozo da Silva	Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.
09	FISCALIZAÇÃO	
	O município de Águas Frias realizará a fiscalização do contrato através das Secretarias requisitantes e fiscal de contrato, não será necessário nenhum tipo de capacitação de servidores para o desempenho da fiscalização dos contratos. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente de fiscalização do contrato.	
10	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE	
	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA a) Disponibilizar à CONTRATANTE acesso à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, conforme o plano anual, as funcionalidades, a quantidade de usuários, o período de utilização e as demais especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora. b) Providenciar a ativação anual, a liberação e a disponibilização dos acessos contratados, fornecendo à CONTRATANTE as orientações necessárias para utilização inicial da solução, quando aplicável.	

- c) Garantir que a solução disponibilizada corresponda ao plano contratado, incluindo os recursos, limites de utilização e funcionalidades expressamente previstos na proposta e no Termo de Referência.
- d) Fornecer documento fiscal correspondente à contratação, bem como os comprovantes de aquisição, assinatura, licenciamento ou disponibilização dos acessos, conforme a natureza da operação, permitindo a verificação do objeto fornecido pela fiscalização contratual.
- e) Responsabilizar-se pela adequada execução do objeto contratado, respondendo por falhas, erros ou irregularidades que sejam de sua responsabilidade, inclusive quanto à disponibilização dos acessos, ao cumprimento das condições comerciais ofertadas e às obrigações assumidas perante a CONTRATANTE.
- f) Manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.
- g) Responsabilizar-se pelas obrigações fiscais, tributárias, comerciais, trabalhistas e demais encargos decorrentes de sua atividade e da execução contratual, conforme a legislação aplicável, sem transferência de responsabilidades à CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses legais.
- h) Observar a legislação aplicável à disponibilização e à comercialização da solução, inclusive as normas pertinentes à proteção de dados pessoais, à segurança da informação, aos direitos de propriedade intelectual e às condições de uso da ferramenta.
- i) Assegurar que a disponibilização da ferramenta ocorra de forma regular e legítima, observando as condições de comercialização, licenciamento ou revenda autorizadas pelo titular da solução, quando exigível, não podendo fornecer acessos obtidos de maneira irregular ou em desacordo com as condições aplicáveis.

j) Informar à CONTRATANTE os procedimentos necessários para acesso e utilização da ferramenta, incluindo, quando aplicável, orientações sobre ativação, autenticação, gerenciamento de usuários e consulta às condições de uso do serviço.

k) Comunicar à CONTRATANTE, tão logo tenha conhecimento, eventuais indisponibilidades, interrupções relevantes, alterações nas condições de acesso ou outras ocorrências que possam comprometer a utilização da solução contratada, informando as medidas adotadas para sua regularização, quando essas informações estiverem disponíveis.

l) Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela CONTRATANTE ou pelo fiscal do contrato, fornecendo os documentos pertinentes à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais, respeitados os limites legais, contratuais e de confidencialidade aplicáveis.

m) Manter sigilo sobre informações confidenciais e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, não os utilizando para finalidade estranha ao contrato nem os divulgando a terceiros sem fundamento legal ou autorização legítima, observadas as obrigações aplicáveis de proteção de dados e segurança da informação.

n) Adotar as medidas de segurança da informação sob sua responsabilidade para proteger os dados e as informações tratados no âmbito da execução contratual, observadas a legislação aplicável e as condições efetivamente assumidas pelo fornecedor e pelo prestador da ferramenta.

o) Comunicar à CONTRATANTE, sem demora injustificada após tomar conhecimento, incidentes de segurança que possam afetar dados pessoais, informações institucionais ou a execução contratual, prestando as informações disponíveis e cooperando com as providências cabíveis, nos limites de sua responsabilidade.

p) Não alterar unilateralmente as condições comerciais específicas acordadas com a CONTRATANTE, especialmente quanto ao preço contratado, à quantidade de acessos e ao período de disponibilização, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e as condições expressamente previstas no instrumento contratual.

q) Comunicar previamente à CONTRATANTE, sempre que tiver conhecimento e houver possibilidade de fazê-lo, alterações relevantes na forma de disponibilização dos acessos ou nas condições do plano contratado que possam afetar a execução do objeto, sem prejuízo das regras próprias do serviço mantido pelo titular da ferramenta.

r) Corrigir, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, falhas de sua responsabilidade relacionadas à ativação, à disponibilização ou à regularidade dos acessos contratados, sem cobrança adicional quando a correção decorrer do descumprimento das obrigações originalmente assumidas.

s) Permitir e colaborar com o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, prestando informações sobre a disponibilização dos acessos, a vigência da contratação e o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

t) Cumprir, quando aplicáveis, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes, nos termos da legislação vigente.

u) Responder pelos atos e pelas omissões que lhe sejam legalmente imputáveis na execução contratual, inclusive pelos danos comprovadamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de sua atuação, observados o nexo causal, a legislação aplicável e as disposições contratuais.

	v) Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, na proposta vencedora, no instrumento contratual e na legislação aplicável, adotando as providências necessárias à adequada disponibilização da ferramenta de inteligência artificial generativa contratada. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/2021; b) Fiscalizar a execução do objeto, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade na execução; c) Rejeitar, no todo ou em parte a execução do objeto caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada; d) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato; e) A Administração se reserva o direito de suspender a execução do objeto em desacordo com o pactuado entre as partes.
11	SOLICITAÇÃO, FORMA/CRONOGRAMA DE ENTREGA E RECEBIMENTO PRAZO DE ENTREGA: O acesso deverá ser disponibilizado em até 5 dias após a emissão da ordem de fornecimento. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA: O acesso deverá ser disponibilizado via rede mundial de computadores.

FORMA DE SOLICITAÇÃO

Os objetos serão solicitados pelas secretarias requisitantes, conforme AF (autorização de fornecimento) que será encaminhada via e-mail para a empresa vencedora do certame, ou via WhatsApp.

FORMA E CRONOGRAMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

- a) A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização de acesso à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, por intermédio da empresa contratada, conforme o plano e as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.
- b) Após a formalização da contratação e o recebimento da respectiva ordem de fornecimento ou documento equivalente, a CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização e a ativação dos acessos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- c) A CONTRATADA deverá fornecer as informações necessárias à utilização da ferramenta, incluindo os dados de acesso, as instruções de ativação e os documentos que comprovem a contratação do plano correspondente.
- d) O acesso deverá permanecer disponível durante todo o período contratado, observadas as condições, os limites de utilização e as funcionalidades do plano adquirido.
- e) Por se tratar de solução digital, não haverá entrega física de materiais ou equipamentos. A execução será considerada contínua durante a vigência contratual, mediante a manutenção da disponibilização dos acessos contratados.
- f) Eventuais alterações no prazo de disponibilização deverão ser justificadas pela CONTRATADA e submetidas à apreciação da Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- a) O recebimento do objeto será realizado pelo servidor responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização contratual, mediante verificação da efetiva disponibilização dos acessos à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude e da conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.
- b) O recebimento provisório ocorrerá após a disponibilização dos acessos, mediante verificação inicial da ativação, da identificação do plano contratado e da compatibilidade com as especificações exigidas.
- c) O recebimento definitivo ocorrerá após a confirmação de que os acessos foram disponibilizados adequadamente, de que o plano contratado corresponde ao objeto da contratação e de que foram apresentados os documentos necessários à comprovação do fornecimento, inclusive o documento fiscal correspondente.
- d) Caso sejam identificadas falhas na ativação, divergências no plano disponibilizado, quantidade de acessos inferior à contratada ou outras inconformidades relacionadas ao objeto, a CONTRATADA deverá providenciar sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização, sem custos adicionais quando decorrentes do descumprimento das condições contratadas.
- e) O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência contratual, nem impedirá a adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.
- f) O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva disponibilização do objeto, ao recebimento conforme as condições estabelecidas e à apresentação da documentação exigida, observados os prazos e procedimentos definidos no instrumento contratual.

12**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- a) Os pagamentos serão efetuados por crédito em conta bancária ou boleto bancário, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante, acompanhada dos comprovantes previstos nas alíneas “k” e “l”.
- b) Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais;
- c) Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;
- d) Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
- e) Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos;
- f) A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota;
- g) No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido;
- h) Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023;
- i) Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas

próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da IN RFB nº1234/20212 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa;

- j) Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção
- k) Licenças Pro (3 unidades) – pagamento único anual. O pagamento será realizado em parcela única, após a ativação das licenças, mediante a apresentação de:
 - 1. Nota Fiscal com o número do contrato ou empenho, a quantidade e o valor total;
 - 2. Fatura/recibo do fornecedor do serviço (Anthropic ou revendedor autorizado) comprovando o plano Pro, a quantidade de licenças e o período anual de 12 (doze) meses, com data de início e de renovação;
 - 3. Comprovante de ativação das licenças para os e-mails institucionais indicados pelo Município.
- l)) Licença Max 5x (1 unidade) – pagamento mensal. O pagamento será realizado em 12 (doze) parcelas mensais, mediante apresentação, a cada mês, de:
 - 1. Nota Fiscal mensal, com o número do contrato ou empenho, o período de referência e o valor da parcela;
 - 2. Comprovante da renovação mensal da licença e de que está ativa no período faturado (fatura/recibo do fornecedor ou captura do painel da conta com a data de renovação).
- m) A contratada deverá manter todas as licenças ativas durante a vigência do contrato. Em caso de cancelamento, suspensão ou não renovação antes do prazo, a contratada deverá restabelecer o serviço em 24 HORAS ou restituir proporcionalmente o valor pago, sem prejuízo das sanções contratuais. A parcela mensal da licença Max 5x não será devida no período em que a licença estiver inativa.
- n) Não será efetuado pagamento antecipado em relação à ativação das licenças. O pagamento somente ocorrerá após a comprovação da ativação e do período correspondente.

	Como o objeto é um serviço por assinatura (SaaS), não há garantia de produto físico. A “garantia” aqui é a garantia de continuidade e conformidade do serviço durante a vigência. Segue a minuta para o TR/contrato: PRAZO Vigência: 12 (doze) meses, contados da ativação das licenças, podendo ser prorrogada nos termos da lei, mediante interesse das partes e vantagem comprovada para a Administração. Prazo de ativação: a contratada deverá ativar as licenças e enviar os comprovantes (alíneas “k” e “l” do pagamento) em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço/empenho e dos e-mails dos usuários indicados pelo Município. Período das licenças: Pro, 12 meses corridos de uma só vez; Max 5x, renovação mensal durante os 12 meses, sem interrupção entre os ciclos.
14	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES) PENALIDADES APLICÁVEIS: a) Ao contratado poderão ser aplicadas as penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da datada comunicação do ato, pela autoridade competente
15	CONDIÇÕES GERAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS

A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer direitos trabalhistas, previdenciários ou sociais dos empregados e/ou profissionais contratados pela CONTRATADA para realização dos serviços, cabendo à esta todas as despesas realizadas ou não.

Toda e qualquer comunicação entre a administração pública e licitante/contratado poderão ser feitas por e-mail e/ou whatsapp, inclusive as que dizem respeito à execução, extinção do contrato e aplicação de penalidades;

Fica o licitante/contratado obrigado a fornecer e manter atualizado até final do contrato, um endereço de e-mail e de whatsapp para as comunicações formais mencionadas no item anterior;

Serão reputadas válidas as intimações, notificações e qualquer outras comunicações enviadas ao endereço de e-mail ou whatsapp informados pelo licitante/contratado, independentemente de confirmação de recebimento.

ÁGUAS FRIAS - SC, EM 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Wanderlei Cardozo da Silva
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva. Dessa forma, nos termos do 6º XXIII da Lei 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Determino ao Setor de Licitações/Contabilidade, a realização das despesas nos moldes solicitados

Águas Frias – SC, _____ de _____ de 2026

WESLEY TERRIBILE
PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



ANEXO II

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), que para obter os benefícios dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto no [art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006](#), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o [art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO IV

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Documentos exigidos para habilitação do proponente:

PESSOA JURÍDICA

I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021)

II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).

III - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV - Declaração de aplicação dos Arts. 42 ao 49 da lei complementar Nº 123/2006.

V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP/MEI

VI - HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

i) Estatuto ou contrato social;

ii) Ato constitutivo;

iii) Registro comercial;

iv) Decreto de autorização.

VIII - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) CNPJ;



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social: i) Pessoa Jurídica:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;

e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>

h) Cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

IX - HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



ANEXO V – PROPOSTA
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Processo Licitatório Nº170/2026

Dispensa Nº 70/2026

Nome da Licitante:

CNPJ:

Endereço:

nº

bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefone:

e-mail:

Prezados Senhores,

a) Pela presente submetemos à apreciação de V. S.^a a nossa proposta:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total
01	Assinatura CLAUDE PRO ANUAL	UND	3	XXXX	XXXX
02	Assinatura CLAUDE MAX 5X ANUAL	UND	1	XXXX	XXXX

Nos propomos a executar pelo VALOR GLOBAL de R\$ _____
(_____), conforme
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA abaixo:

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____,
DECLARA:

I - Nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

a) Manteremos nossa **proposta válida por 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de abertura da licitação.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



b) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Senhor(a) _____, (função/cargo) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG Nº _____, expedida pelo _____ de _____, e inscrito no CPF sob o Nº _____, representante legal desta empresa.

c) Declaramos que estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas na Licitação e seus anexos.

d) Referente a Nota fiscal estamos cientes:

- No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei.

- Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido.

- Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

Contrato que entre si celebram a(o) **MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Sete de Setembro, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.180/0001-02, neste ato representada por seu Prefeito, Senhor WESLEY TERRIBILE doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa XXXXXX, com sede na XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representada por seu representante legal XXXXX, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Processo Administrativo Nº 170/2026, Dispensa Presencial Nº 70/2026, homologado em XX/XX/XXX, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (ART. 92, I)

1.1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unitário	V. Total
01	Assinatura CLAUDE PRO ANUAL	UND	3	XXXX	XXXX
02	Assinatura CLAUDE MAX 5X ANUAL	UND	1	XXXX	XXXX

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (ART. 92, II)

2.1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Administrativo nº 170/2026 na modalidade Dispensa Presencial nº 70/2026, homologado em XX/XX/2026 e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO (ART. 92, IV)

4.1. A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização de acesso à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, por intermédio da empresa contratada, conforme o plano e as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

4.2. Após a formalização da contratação e o recebimento da respectiva ordem de fornecimento ou documento equivalente, a CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização e a ativação dos acessos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4.3. A CONTRATADA deverá fornecer as informações necessárias à utilização da ferramenta, incluindo os dados de acesso, as instruções de ativação e os documentos que comprovem a contratação do plano correspondente.

4.4. O acesso deverá permanecer disponível durante todo o período contratado, observadas as condições, os limites de utilização e as funcionalidades do plano adquirido.

4.5. Por se tratar de solução digital, não haverá entrega física de materiais ou equipamentos. A execução será considerada contínua durante a vigência contratual, mediante a manutenção da disponibilização dos acessos contratados.

4.6. Eventuais alterações no prazo de disponibilização deverão ser justificadas pela CONTRATADA e submetidas à apreciação da Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

4.7. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.7.1 A vigência do contrato será de 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (ART. 92, V)

5.1. O valor Total do contrato é de R\$ XXXXXX.

5.2. A nota deverá ser emitida em nome do Município de Águas Frias CNPJ 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512, centro, Águas Frias -SC, CEP 89.843-000. A mesma deverá ser encaminhada para o e-mail: empenhos@aguasfrias.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



PDF, sob pena de retenção de pagamentos. Juntamente com a Nota fiscal deverá ser enviado as certidões vigentes de regularidade fiscal e trabalhista.

5.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

5.4. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante;

5.5. Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais;

5.6. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

5.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.8. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos;

5.9. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota;

5.9.1. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido;



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



5.9.2. Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023;

5.9.3. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da IN RFB nº1234/2012 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa;

5.9.4. Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção.

5.10. Licenças Pro (3 unidades) – pagamento único anual. O pagamento será realizado em parcela única, após a ativação das licenças, mediante a apresentação de:

- a) Nota Fiscal com o número do contrato ou empenho, a quantidade e o valor total;
- b) Fatura/recibo do fornecedor do serviço (Anthropic ou revendedor autorizado) comprovando o plano Pro, a quantidade de licenças e o período anual de 12 (doze) meses, com data de início e de renovação;
- c) Comprovante de ativação das licenças para os e-mails institucionais indicados pelo Município.

5.11. Licença Max 5x (1 unidade) – pagamento mensal. O pagamento será realizado em 12 (doze) parcelas mensais, mediante apresentação, a cada mês, de:

- a) Nota Fiscal mensal, com o número do contrato ou empenho, o período de referência e o valor da parcela;
- b) Comprovante da renovação mensal da licença e de que está ativa no período faturado (fatura/recibo do fornecedor ou captura do painel da conta com a data de renovação).

5.12. A contratada deverá manter todas as licenças ativas durante a vigência do contrato. Em caso de cancelamento, suspensão ou não renovação antes do prazo, a contratada deverá restabelecer o serviço em 24 HORAS ou restituir proporcionalmente o valor pago, sem prejuízo das sanções contratuais. A parcela mensal da licença Max 5x não será devida no período em que a licença estiver inativa.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



5.13. Não será efetuado pagamento antecipado em relação à ativação das licenças. O pagamento somente ocorrerá após a comprovação da ativação e do período correspondente.

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (ART. 92, VI)

6.1. Os valores referentes aos itens da tabela constante na cláusula primeira item 1.1 somente serão pagos após a prestação desses serviços.

6.2. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

7.1. O acesso deverá ser disponibilizado em até 5 dias após a emissão da ordem de fornecimento.

7.2. Condições de recebimento:

- a) O recebimento do objeto será realizado pelo servidor responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização contratual, mediante verificação da efetiva disponibilização dos acessos à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude e da conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.
- b) O recebimento provisório ocorrerá após a disponibilização dos acessos, mediante verificação inicial da ativação, da identificação do plano contratado e da compatibilidade com as especificações exigidas.
- c) O recebimento definitivo ocorrerá após a confirmação de que os acessos foram disponibilizados adequadamente, de que o plano contratado corresponde ao objeto da contratação e de que foram apresentados os documentos necessários à comprovação do fornecimento, inclusive o documento fiscal correspondente.
- d) Caso sejam identificadas falhas na ativação, divergências no plano disponibilizado, quantidade de acessos inferior à contratada ou outras inconformidades relacionadas ao objeto, a CONTRATADA deverá providenciar sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização, sem custos adicionais quando decorrentes do descumprimento das condições contratadas.
- e) O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência contratual, nem impedirá a adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.
- f) O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva disponibilização do objeto, ao recebimento conforme as condições estabelecidas e à apresentação da documentação exigida, observados os prazos e procedimentos definidos no instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Ação	Vinculo	Elementos
2003	1500.7000	3.3.90.40.06 – LOCAÇÃO DE SOFTWARE

CLÁUSULA NONA - PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (ART. 92, X)

9.1 – Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.2. Dentro do prazo previsto no item 9.1 o Contratante poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a Contratada ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (ART. 92, XI)

10.1 - O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/2021, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

10.2 - Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens ou prestar os serviços já empenhados pelo valor da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (ART. 92, XIV)

11.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Disponibilizar à CONTRATANTE acesso à ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, conforme o plano anual, as funcionalidades, a quantidade de usuários, o período de utilização e as demais especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.
- b) Providenciar a ativação anual, a liberação e a disponibilização dos acessos contratados, fornecendo à CONTRATANTE as orientações necessárias para utilização inicial da solução, quando aplicável.
- c) Garantir que a solução disponibilizada corresponda ao plano contratado, incluindo os recursos, limites de utilização e funcionalidades expressamente previstos na proposta e no Termo de Referência.
- d) Fornecer documento fiscal correspondente à contratação, bem como os comprovantes de aquisição, assinatura, licenciamento ou disponibilização dos acessos, conforme a natureza da operação, permitindo a verificação do objeto fornecido pela fiscalização contratual.
- e) Responsabilizar-se pela adequada execução do objeto contratado, respondendo por falhas, erros ou irregularidades que sejam de sua responsabilidade, inclusive quanto à disponibilização dos acessos, ao cumprimento das condições comerciais ofertadas e às obrigações assumidas perante a CONTRATANTE.
- f) Manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.
- g) Responsabilizar-se pelas obrigações fiscais, tributárias, comerciais, trabalhistas e demais encargos decorrentes de sua atividade e da execução contratual, conforme a legislação aplicável, sem transferência de responsabilidades à CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses legais.
- h) Observar a legislação aplicável à disponibilização e à comercialização da solução, inclusive as normas pertinentes à proteção de dados pessoais, à segurança da informação, aos direitos de propriedade intelectual e às condições de uso da ferramenta.
- i) Assegurar que a disponibilização da ferramenta ocorra de forma regular e legítima, observando as condições de comercialização, licenciamento ou revenda autorizadas pelo titular da solução, quando exigível, não podendo fornecer acessos obtidos de maneira irregular ou em desacordo com as condições aplicáveis.
- j) Informar à CONTRATANTE os procedimentos necessários para acesso e utilização da ferramenta, incluindo, quando aplicável, orientações sobre ativação, autenticação, gerenciamento de usuários e consulta às condições de uso do serviço.
- k) Comunicar à CONTRATANTE, tão logo tenha conhecimento, eventuais indisponibilidades, interrupções relevantes, alterações nas condições de acesso ou outras ocorrências que possam



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



comprometer a utilização da solução contratada, informando as medidas adotadas para sua regularização, quando essas informações estiverem disponíveis.

l) Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela CONTRATANTE ou pelo fiscal do contrato, fornecendo os documentos pertinentes à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais, respeitados os limites legais, contratuais e de confidencialidade aplicáveis.

m) Manter sigilo sobre informações confidenciais e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, não os utilizando para finalidade estranha ao contrato nem os divulgando a terceiros sem fundamento legal ou autorização legítima, observadas as obrigações aplicáveis de proteção de dados e segurança da informação.

n) Adotar as medidas de segurança da informação sob sua responsabilidade para proteger os dados e as informações tratados no âmbito da execução contratual, observadas a legislação aplicável e as condições efetivamente assumidas pelo fornecedor e pelo prestador da ferramenta.

o) Comunicar à CONTRATANTE, sem demora injustificada após tomar conhecimento, incidentes de segurança que possam afetar dados pessoais, informações institucionais ou a execução contratual, prestando as informações disponíveis e cooperando com as providências cabíveis, nos limites de sua responsabilidade.

p) Não alterar unilateralmente as condições comerciais específicas acordadas com a CONTRATANTE, especialmente quanto ao preço contratado, à quantidade de acessos e ao período de disponibilização, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e as condições expressamente previstas no instrumento contratual.

q) Comunicar previamente à CONTRATANTE, sempre que tiver conhecimento e houver possibilidade de fazê-lo, alterações relevantes na forma de disponibilização dos acessos ou nas condições do plano contratado que possam afetar a execução do objeto, sem prejuízo das regras próprias do serviço mantido pelo titular da ferramenta.

r) Corrigir, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, falhas de sua responsabilidade relacionadas à ativação, à disponibilização ou à regularidade dos acessos contratados, sem cobrança adicional quando a correção decorrer do descumprimento das obrigações originalmente assumidas.

s) Permitir e colaborar com o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, prestando informações sobre a disponibilização dos acessos, a vigência da contratação e o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

t) Cumprir, quando aplicáveis, as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes, nos termos da legislação vigente.

u) Responder pelos atos e pelas omissões que lhe sejam legalmente imputáveis na execução contratual, inclusive pelos danos comprovadamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de sua atuação, observados o nexo causal, a legislação aplicável e as disposições contratuais.



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



v) Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, na proposta vencedora, no instrumento contratual e na legislação aplicável, adotando as providências necessárias à adequada disponibilização da ferramenta de inteligência artificial generativa contratada.

11.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/2021;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade na execução;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte a execução do objeto caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- e) A Administração se reserva o direito de suspender a execução do objeto em desacordo com o pactuado entre as partes.

11.3 - O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

11.3.1 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I-	Advertência (art. 156, § 2º).	Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas Frias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º)
	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)	II Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

11.3.2 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.3 - Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 11.3: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 11.3:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 11.3.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



11.5 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

11.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

11.7 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

11.8. - A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.9 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 11.3.1 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

11.10 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

11.11 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas Frias, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.12 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 11.3 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (ART. 92, XVIII)

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. O gestor do contrato Sr. Dionei da Rosa nomeado pelo Decreto nº92/2023 assumirá as funções descritas no Art. 9 do Decreto Municipal 258/2022.

12.6. O município de Águas Frias realizará a fiscalização do contrato e não será necessário nenhum tipo de capacitação de servidores para o desempenho da fiscalização dos serviços.

12.7. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente de fiscalização do contrato.

12.8 - Os serviços prestados serão acompanhados pelo fiscal do contrato o Sr. Wanderlei Cardozo da Silva (Secretário de Administração, finanças e planejamento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS DE EXTINÇÃO (ART. 92, XIX)



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



13.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2 - As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 - A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3.4 - A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

13.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.8 - A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.9 - Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

13.10 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para constituição de qualquer vínculo empregatício de prepostos ou empregados da CONTRATADA com o CONTRATANTE.

14.2 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto do presente contrato, sem o consentimento prévio do CONTRATANTE, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

14.3 - Qualquer comunicação entre as partes em relação a este contrato, será formalizada por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



14.4 - Os casos omissos a este contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14.5 – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na dispensa de licitação.

14.6 - A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz. (art. 92, XVII)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

15.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

15.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

15.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 227/2021, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

15.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

15.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



15.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

15.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

15.10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

15.11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

15.12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

15.13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

15.14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



Estado de Santa Catarina Município de Águas Frias



15.15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

15.16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: PUBLICAÇÃO

16.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, II da Lei nº 14.133/2021).

16.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

Página do Município de Águas Frias (<https://aguasfrias.atende.net/>);

Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer direitos trabalhistas, previdenciários ou sociais dos empregados e/ou profissionais contratados pela CONTRATADA para realização dos serviços, cabendo à esta todas as despesas realizadas ou não.

17.2. Toda e qualquer comunicação entre a administração pública e licitante/contratado poderão ser feitas por e-mail e/ou whatsapp, inclusive as que dizem respeito à execução, extinção do contrato e aplicação de penalidades;

17.3. Fica o licitante/contratado obrigado a fornecer e manter atualizado até final do contrato, um endereço de e-mail e de whatsapp para as comunicações formais mencionadas no item anterior;



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Frias



17.4. Serão reputadas válidas as intimações, notificações e qualquer outras comunicações enviadas ao endereço de e-mail ou whatsapp informados pelo licitante/contratado, independentemente de confirmação de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO (art. 92, § 1º)

18.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Águas Frias -SC, xx de xxxx de 2026.

WESLEY TERRIBILE
PREFEITO

XXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

1) _____

2) _____

JHONAS PEZZINI
OAB/SC 33678